

# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000030

PROCESSO Nº 218/2024

16/02/24 - 16:39

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Ofício nº 5/2024 - GVVB

Toledo, 16 de fevereiro de 2024.

Ao Senhor

**DANIEL AUGUSTO BERNARDI SCOPEL**

Coordenador do Departamento Legislativo

Câmara Municipal de Toledo

**Assunto: Solicita a emissão de parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 11/2024.**

Senhor Coordenador,

Considerando o disposto no inciso II do § 3º do artigo 160 do Regimento Interno;

Solicito ao Departamento Legislativo que proceda a suspensão do prazo regimental e posteriormente encaminhe a matéria para manifestação do órgão de apoio técnico.

Em seguida, considerando o disposto nos incisos I, II, V e VI do artigo 8º da Lei nº 1.964, de 13 de agosto de 2007, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara Municipal de Toledo;

Considerando o disposto nos incisos I, II e V do artigo 12 e nos incisos II, V, IX, XIII, XV, XVIII, XXV e XXVI do artigo 25 do Ato nº 29, de 23 de maio de 2019, que regulamenta a estrutura administrativa e define as atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Toledo;

Considerando o disposto no inciso II do § 3º do artigo 160 e no § 1º do artigo 162 do Regimento Interno;

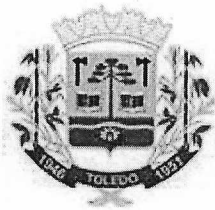
Solicito aos assessores jurídicos a emissão de parecer jurídico da Emenda Supressiva sobre o Projeto de Lei nº 11/2024

9/2023, que deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) os dispositivos constitucionais ou legais nos quais está fundada a validade do ato normativo proposto;
- b) as consequências jurídicas dos principais pontos da proposta de ato normativo;
- c) as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria; e
- d) a conclusão a respeito da constitucionalidade e da legalidade da matéria.

Atenciosamente,

  
**VALDOMIRO BOZÓ**  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000031

## PARECER JURÍDICO Nº 017.2024

**Assunto:** Projeto de Lei nº 11.2024.

**Protocolo:** 218.2024 (Vereador Valdomiro Bozó).

**Objetivo:** Declara de utilidade pública municipal a Primeira Igreja Batista de Toledo.

**Autoria:** Vereador Geraldo Weisheimer.

**Parecer:** Não tramitação.

### I. Relatório

Solicitou o Senhor Vereador Valdomiro Bozó a elaboração de parecer jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 11.2024 que declara de utilidade pública a Primeira Igreja Batista de Toledo.

É o relatório.

### II. Parecer

Observando-se a legislação municipal que trata sobre a concessão do Título de Utilidade Pública (Lei nº 2.350, de 22 de setembro de 2021), tem-se que são os requisitos a serem observados, na forma de seu artigo 2º:

*Art. 2º – O Título de Utilidade Pública será concedido por lei à sociedade civil, associação, entidade, conselho, fundação privada ou outra instituição que preencha os seguintes requisitos:*

*I – estar em funcionamento;*

*II – desenvolver atividades de interesse público com finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, esportiva, de pesquisa científica, de meio ambiente, entre outras;*

*III – destinar o patrimônio, em caso de dissolução, a instituição congênere ou ao Município;*

*IV – não ter fins lucrativos;*

*V – não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores;*

*VI – possuir representação no Município de Toledo, com ato constitutivo registrado; VII – possuir patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;*

*VIII – possuir gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;*

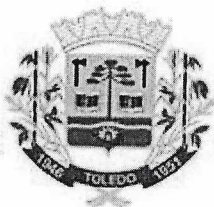
*IX – ser pessoa jurídica de direito privado.*

*Parágrafo único – Sem prejuízo da apresentação dos documentos requeridos neste artigo, a instituição mantida por outra poderá solicitar o Título de Utilidade Pública desde que possua:*

*I – personalidade jurídica própria, estatuto social ou regimento interno vinculado ao estatuto de sua mantenedora; e*

*II – balanço patrimonial, financeiro e relatório de atividades individualizados de sua mantenedora.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000032

Os documentos que devem ser apresentados são os do art. 3º:

*Art. 3º – Para a concessão do Título de Utilidade Pública, a instituição deverá apresentar os seguintes documentos:*

*I – comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal;*

*II – certidões que atestem a regularidade da instituição perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;*

*III – relatório de atividades da instituição desde sua fundação, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;*

*IV – ata da última assembleia geral;*

*V – ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa dos membros da diretoria eleita;*

*VI – declaração do dirigente da instituição atestando que:*

*a) os cargos de diretoria não são remunerados;*

*b) não possui fins lucrativos;*

*c) destinará o patrimônio, em caso de dissolução, a instituição congênere ou ao Município;*

*d) o patrimônio é aplicado na consecução do objetivo social; e*

*e) a gestão administrativa e patrimonial garanta e preserve o interesse público.*

Todavia, o artigo 5º informa que **não** serão passíveis de qualificação como instituição de utilidade pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no artigo 2º:

*I – sociedades comerciais;*

*II – sindicatos e associações de classe ou de representação de categoria profissional;*

*III – **instituições religiosas voltadas exclusivamente para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;***

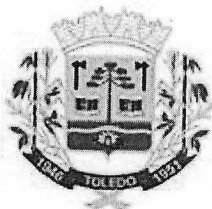
*IV – organizações partidárias, inclusive suas fundações;*

*V – instituições de benefício mútuo destinadas exclusivamente a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;*

*VI – fundações públicas; ou*

*VII – fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública. (grifou-se)*

Assim, verificado que não houve cumprimento das exigências definidas na Lei nº 2.350/2021, em especial pela não comprovação de desenvolvimento de atividades de interesse público com finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, esportiva, de pesquisa científica, de meio ambiente, deverá referido projeto normativo ser arquivado sumariamente pela Presidência, nos termos do artigo 134, II do Regimento Interno.



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000033 *de*

Ainda, o art. 2º, III da Lei nº 2.350/2021 exige que o estatuto da beneficiária destine seu patrimônio ao Município ou outra instituição congênere em caso de dissolução, hipótese não vislumbrada no Estatuto anexo. Pelo contrário, o art. 21 do Estatuto informa que, em caso de cisão, o patrimônio ficaria com o “grupo de Membros”.

Ressalta-se que a conferência da documentação legal necessária para que este ente declare de utilidade pública a referida associação deverá ser feita tanto pelo edil proponente quanto pelo Departamento Legislativo.

É o parecer pela não tramitação deste projeto de lei.

Toledo, 20 de dezembro de 2023.

**Eduardo Hoffmann**  
Procurador Jurídico Legislativo

  
**Fabiano Scuzziato**  
Procurador Jurídico Legislativo

Assinado de forma digital por  
FABIANO  
SCUZZIATO:04075622908  
Dados: 2024.02.23 08:18:44 -03'00'